

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Aos Acionistas: É com grande satisfação que submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Controlar S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, acompanhados do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras. São Paulo 19 de março de 2014. **A Administração**

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Em milhares de Reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	2013	2012	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (NEGATIVO)	Nota explicativa	2013	2012
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.438	15.426	Empréstimos bancários	9	-	13.842
Impostos e contribuições a recuperar	5	1.377	2.134	Arrendamento mercantil		-	1
Despesas antecipadas		-	1.001	Fornecedores		3.752	5.907
Outros créditos		607	907	Impostos e contribuições a recolher		3.707	2.116
Total do ativo circulante		9.422	19.468	Salários e férias a pagar		8.053	7.521
Não Circulante				Adiantamento de clientes	10	10.661	13.078
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	8.440	Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	11	1.728	40
Depósitos judiciais	11.f	13.974	33	Provisão para desmobilização	12	20.723	-
Imobilizado	6	2.161	62.849	Total do passivo circulante		48.624	42.505
Intangível	7	-	2.923	Patrimônio Líquido (Negativo)			
Diferido	8	-	2.990	Capital social	13.a	35.175	35.175
Total do ativo não circulante		16.135	77.235	Reservas de lucros	13.b	-	1.003
				Reserva para contingências	13.c	-	18.020
				Prejuízos acumulados		(58.242)	-
				Total do patrimônio líquido (negativo)		(23.067)	54.198
				Total do Passivo e Patrimônio Líquido (Negativo)		25.557	96.703
Total do Ativo		25.557	96.703				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (NEGATIVO) PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Dividendos adicionais propostos	Reserva para contingências			
Saldos em 31 de Dezembro de 2011		35.175	1.003	14.295	-	-	50.473
Reversão dos dividendos declarados em anos anteriores	13.c	-	-	-	4.765	-	4.765
Reserva para contingências	13.c	-	-	-	14.295	-	14.295
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(1.040)	(1.040)
Compensação de prejuízos		-	-	-	(1.040)	1.040	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2012		35.175	1.003	-	-	-	54.198
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(77.265)	(77.265)
Compensação de prejuízos		-	(1.003)	-	-	19.023	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2013		35.175	-	-	-	(58.242)	(23.067)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Em milhares de reais - R\$)

1. Contexto Operacional: A Companhia, estabelecida na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.306, 3º andar - Jardim Paulista, São Paulo - SP, tem como atividade a prestação de serviços de implantação e execução do Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso do Município de São Paulo ("IIM-SP"), por meio de concessão, consistindo na construção, instalação e operação de linhas de inspeção obrigatória para veículos leves e pesados, com motores do Ciclo Otto e do Ciclo Diesel, a fim de avaliar e certificar a compatibilidade dos poluentes atmosféricos emitidos pela frota de veículos licenciada no Município de São Paulo com os padrões de emissão estabelecidos por Lei. Em 11 de outubro de 2013, alegando o esgotamento de seu prazo de vigência, a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente comunicou oficialmente a Companhia sobre a extinção unilateral do Contrato de Concessão nº 34/SVMA/95, que tem por objeto os serviços de inspeção ambiental veicular na cidade de São Paulo. A decisão foi adotada com base em nova interpretação da Administração Pública sobre a forma de cômputo do prazo contratual, contraposta: (i) ao seu entendimento anterior sobre o tema; e (ii) à literalidade de cláusula do Instrumento de Concessão. Em vista do rompimento - e amparada em elementos que demonstravam a plena vigência contratual, a Companhia ajuizou a medida cautelar nº 1006718-80.2013.8.26.0053, perante a 11ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital-SP, e obteve medida liminar que lhe garantiu o direito à continuidade da prestação dos serviços até 31 de janeiro de 2014 (final do exercício de 2013). Posteriormente, ajuizou por dependência, a ação principal nº 1011663-13.2013.8.26.0053, pretendendo: (i) estender os efeitos da demanda cautelar, a fim de que pudesse permanecer executando os serviços até o fim do prazo regularmente previsto no Instrumento de Concessão (2018); e, cumulativamente, (ii) que a Municipalidade fosse obrigada a não aplicar ao Contrato as seguintes novas regras regulamentares estabelecidas pela Lei Municipal nº 15.688/2013 (norma que alterou aspectos importantes do Programa de Inspeção): (a) isenção dos usuários ao pagamento do valor referente às primeiras inspeções; (b) autorização de empresas credenciadas à execução dos serviços; (c) dispensa da inspeção aos veículos novos (três primeiros exercícios) do ciclo Otto e motocicletas; e (d) dispensa da inspeção anual aos veículos do Ciclo Otto e motocicletas, no período entre o terceiro e o nono anos de seus respectivos licenciamentos, passando a ser bienal, devendo ser realizada no 3º (terceiro) exercício após o ano em que o primeiro licenciamento foi ou deveria ter sido realizado e, a partir daí, em exercícios alternados. De forma subsidiária, pleiteou o reconhecimento judicial da extinção do Contrato de Concessão, por culpa exclusiva do Município, bem como a mais ampla indenização. O pedido liminar foi indeferido em 1º e 2º Graus de jurisdição (Agravo de Instrumento nº 2061107-60.2013.8.26.0000, ainda não julgado definitivamente). Assim, não obstante tenha lançado mão de todas as medidas e recursos cabíveis, a Companhia viu rejeitada a autorização judicial para que os serviços continuassem a ser executados até 2018. Com o indeferimento daquela medida antecipatória e a impossibilidade econômico-financeira de aguardar indefinidamente o julgamento final da ação, suportando todos os custos de mobilização, a Companhia encerrou suas atividades operacionais a partir de 1º de fevereiro de 2014, e passou a buscar judicialmente apenas a indenização pelos danos causados com a extinção prematura do Contrato.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras: Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as normas estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC em consonância com a Lei das Sociedades por Ações e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e aplicadas de maneira consistente. Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, em função do encerramento de suas atividades, as demonstrações financeiras contemplam ajustes e provisões requeridas para empresas que não estejam em continuidade operacional. Em 19 de março de 2014, foi autorizada pela Administração da Companhia a conclusão destas demonstrações financeiras. **Base de mensuração em 31 de dezembro de 2013:** tendo em vista a descontinuidade das operações descrita na nota explicativa nº 1, os ativos e passivos em 31 de dezembro de 2013 estão descontinuados pelo seu valor de liquidação. **Base de mensuração em 2012:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo CFC e as resoluções emitidas pelo CFC, requer que a Administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e provisões que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas, pelo menos, anualmente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no exercício no qual tais estimativas são revisadas e nos exercícios futuros afetados. As informações sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em ajuste material dentro dos próximos exercícios sociais estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 6 - Depreciação do ativo imobilizado. • Nota explicativa nº 7 - Amortização do intangível. • Nota explicativa nº 8 - Amortização do diferido. • Notas explicativas nº 6, nº 7 e nº 8 - Provisão para perda com baixa de ativos não correntes em função da descontinuidade das operações. • Nota explicativa nº 11 - Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas. • Nota explicativa nº 12 - Provisão para desmobilização. • Nota explicativa nº 13 - Mensuração de instrumentos financeiros.

3. Principais Políticas e Práticas Contábeis: As políticas e práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas consistentemente para os exercícios apresentados neste relatório. **a) Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime de competência do exercício. **b) Receita de serviços:** A receita operacional é reconhecida quando da prestação de serviços aos usuários. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. **c) Instrumentos financeiros: (i) Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os empréstimos e recebeíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. • Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado; • Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido assim designado no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda com base em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. • Empréstimos e recebíveis. São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado, por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. **(ii) Passivos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização. Os passivos financeiros de empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, pelo método dos juros efetivos. **(iii) Capital social: Ações ordinárias:** São classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, após quaisquer efeitos tributários. **Ações preferenciais:** O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável ou somente resgatável à escolha da Companhia. **d) Caixa e equivalentes de caixa:** Abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação e não sujeitos a variações significativas de seu valor. **e) Redução ao valor recuperável: Ativos financeiros:** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação, para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de maneira confiável. **Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, o valor recuperável do ativo é determinado. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a seus valores presentes através da taxa de desconto antes dos impostos que reflete as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperação do capital e os riscos específicos do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. A Companhia, com base em suas projeções, identifica a necessidade de constituir provisão ao valor recuperável durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, tendo em vista a descontinuidade do negócio determinada por decisão da Administração, tendo em vista a impossibilidade econômico-financeira de aguardar indefinidamente o julgamento final da ação ajuizada (para maiores detalhes vide nota explicativa nº 13.e). **f) Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **g) Benefícios a empregados: Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago em dinheiro na participação nos lucros de curto prazo, se a Companhia prevê pagar esse valor em virtude do serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação pode ser estimada de maneira confiável. **h) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base nas alíquotas de 25% para Imposto de Renda Pessoa Física - IRPF e 9% para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL e consideram a compensação de prejuízos judiciais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos, para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. O IRPF e a CSLL diferidos ativos decorrentes de perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não foram registrados em função da incerteza de sua realização. No dia 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória (MP) nº 627, que revoga o Regime Tributário de Transição - RTT e dispõe sobre a tributação das pessoas residentes no Brasil referente aos lucros auferidos no exterior, além de outras alterações na legislação tributária. Os dispositivos da Medida Provisória entrarão em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário 2015, sendo dada a opção de aplicação antecipada de seus dispositivos a partir do ano-calendário 2014, a ser regulamentada pela Receita Federal do Brasil. A Companhia está avaliando os eventuais efeitos da nova norma e aguarda sua regulamentação, para então optar pela data de adoção e a sua conversão em lei. No melhor entendimento da Administração, baseado na opinião de nossos assessores jurídicos, não se espera impactos materiais nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013. **i) Novos pronunciamentos e interpretações:** Os pronunciamentos e as interpretações contábeis emitidos até 31 de dezembro de 2013 pelo "International Accounting Standards Board - IASB", não foram aplicados antecipadamente pela Companhia nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Esses serão implementados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Companhia ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos destes novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	2013	2012
Caixa e bancos	3.180	1.073
Aplicações financeiras (CDBs pós-fixados)	4.258	14.352
Total	7.438	15.426

As aplicações financeiras são representadas por operações de curto prazo e de liquidez imediata e estão registradas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos balanços patrimoniais. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs, remunerados a taxas que variam entre 99,5% e 101,5% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5. Impostos e Contribuições a Recuperar

	2013	2012
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF a recuperar	156	885
Programa de Integração Social - PIS, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e ISS (*)	1.026	936
IRPJ/CSLL a recuperar	55	173
PIS/COFINS/CSLL a compensar	140	140
Total	1.377	2.134

(*) Impostos incidentes sobre a receita de prestação de serviços faturada mediante recebimento da tarifa de inspeção, que serão recuperados no momento da prestação dos serviços ou caducidade do direito de reembolso dos adiantamentos.

ATIVO	Nota explicativa	2013	2012
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.438	15.426
Impostos e contribuições a recuperar	5	1.377	2.134
Despesas antecipadas		-	1.001
Outros créditos		607	907
Total do ativo circulante		9.422	19.468
Não Circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	8.440
Depósitos judiciais	11.f	13.974	33
Imobilizado	6	2.161	62.849
Intangível	7	-	2.923
Diferido	8	-	2.990
Total do ativo não circulante		16.135	77.235
Total do Ativo		25.557	96.703

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (NEGATIVO) PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Dividendos adicionais propostos	Reserva para contingências			
Saldos em 31 de Dezembro de 2011		35.175	1.003	14.295	-	-	50.473
Reversão dos dividendos declarados em anos anteriores	13.c	-	-	-	4.765	-	4.765
Reserva para contingências	13.c	-	-	-	14.295	-	14.295
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(1.040)	(1.040)
Compensação de prejuízos		-	-	-	(1.040)	1.040	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2012		35.175	1.003	-	-	-	54.198
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(77.265)	(77.265)
Compensação de prejuízos		-	(1.003)	-	-	19.023	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2013		35.175	-	-	-	(58.242)	(23.067)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Em milhares de reais - R\$)

6. Imobilizado

	Taxa anual de depreciação - %	2013		2012	
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Móveis e utensílios	10	2.211	(921)	1.290	1.483
Instalações	10	123	(89)	34	57
Máquinas e equipamentos	10	5.676	(2.282)	3.394	3.926
Beneficentários em propriedade de terceiros (a)		84.269	(40.858)	43.411	53.130
Equipamentos de informática	20	9.128	(6.867)	2.261	3.873
Instalações telefônicas	10	183	(93)	90	109
Veículos	20	694	(444)	250	391
Ferramentas e acessórios	10	14	(5)	9	9
Subtotal		102.298	(51.559)	50.739	62.978
Provisão de baixa de imobilizado (b)		(48.578)	-	(48.578)	(129)
Total		53.720	(51.559)	2.161	62.849

A movimentação do saldo do ativo imobilizado está representada por:

	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferência	Saldo final
Móveis e utensílios	2.214	53	(81)	25	2.211
Instalações	142	6	-	(25)	123
Máquinas e equipamentos	5.680	29	(33)	-	5.676
Beneficentários em propriedade de terceiros	83.902	367	-	-	84.269
Equipamentos de informática	9.168	68	(108)	-	9.128
Instalações telefônicas	185	-	(2)	-	183
Veículos	694	-	-	-	694
Ferramentas e acessórios	13	1	-	-	14
Subtotal	101.998	524	(224)	-	(102.298)
Provisão de baixa de imobilizado (b)	(129)	(48.449)	-	-	(48.578)
Total 2013	101.869	(47.925)	(224)	-	53.720
Total 2012	100.162	2.239	(531)	-	101.870

Movimentação do custo:

	2013	2012
Móveis e utensílios	(729)	(228)
Instalações	(84)	(5)
Máquinas e equipamentos	(1.756)	(559)
Beneficentários em propriedade de terceiros	(30.772)	(10.086)
Equipamentos de informática	(5.296)	(1.669)
Instalações telefônicas	(76)	(19)
Veículos	(303)	(141)
Ferramentas e acessórios	(4)	(1)
Total 2013	(39.020)	(12.708)
Total 2012	(26.603)	(12.756)
Total líquido 2013	62.849	(60.762)
Total líquido 2012	73.559	(10.517)

(a) Referem-se à construção dos centros de inspeção - a taxa é definida, considerando-se o período entre a data de operação e a data-limite da concessão (abril de 2018), limitada a 120 meses. (b) Provisão constituída para suportar os ajustes dos valores recuperáveis em face da descontinuidade das operações em 31 de janeiro de 2014.

A movimentação do saldo do ativo imobilizado está representada por:

	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferência	Saldo final
Móveis e utensílios	2.214	53	(81)	25	2.211
Instalações	142	6	-	(25)	123
Máquinas e equipamentos	5.680	29	(33)	-	5.676
Beneficentários em propriedade de terceiros	83.902	367	-	-	84.269
Equipamentos de informática	9.168	68	(108)	-	9.128
Instalações telefônicas	185	-	(2)	-	183
Veículos	694	-	-	-	694
Ferramentas e acessórios	13	1	-	-	14
Subtotal	101.998	524	(224)	-	(102.298)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Em milhares de reais - R\$)

17. Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes e Diferidos

	2013		2012	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social (66.894)		(66.894)	107	107
Adições permanentes:				
Benefícios a administradores	1.142	176	1.308	229
Despesas com "royalties"	1.391	1.391	9.632	9.632
Outras despesas	107	56	348	313
Adições (exclusões) temporárias:				
Ajuste de faturamento - inspeções não realizadas	(3.916)	(3.916)	(5.860)	(5.860)
Provisão de "royalties"	-	-	(9.985)	(9.985)
Provisão para desmobilização	73.423	73.423	-	-
Outras provisões	3.364	3.376	(3.360)	(3.283)
Total	8.617	7.612	(7.810)	(8.847)
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa	(2.585)	(2.283)	-	-
Lucro real (prejuízo fiscal a compensar) - Base de Cálculo dos impostos	6.032	5.328	(7.810)	(8.847)
Alíquota	25%	9%	25%	9%
Total dos impostos devidos	1.488	479	-	-
Dedução dos impostos devidos	(36)	-	-	-
Total dos impostos correntes	1.452	479	-	-
Alíquota efetiva	24%	9%	-	-

18. Instrumentos Financeiros: A Companhia manteve operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos foi efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

Instrumentos financeiros por categoria

	2013			2012		
	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e ao custo amortizado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e ao custo amortizado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Ativo:						
Aplicações financeiras	4.258	-	-	14.353	-	-
Contas a receber e outros recebíveis	-	1.897	-	-	2.884	-
Passivo:						
Circulante:						
Arrendamento mercantil	-	-	-	-	-	(1)
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	-	-	-	-	-	(13.842)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(6.769)	-	-	(5.907)
Não circulante:						
Empréstimos bancários	-	-	-	-	-	-
Total	4.258	1.897	(6.769)	14.353	2.884	(19.750)

A Companhia não possui nem operou com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios apresentados. Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2013 são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização: • Aplicações financeiras - São definidas como ativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Contas a receber de clientes e outros recebíveis - os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações. • Fornecedores e outras contas a pagar - os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações. • Empréstimos bancários - são classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado. **Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez:** Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possui capital circulan-

te líquido negativo de R\$ 39.202, substancialmente composto pela provisão para desmobilização e adiantamentos para clientes, conforme mencionado nas notas explicativas nº 10 e nº 12. A liquidação de obrigações financeiras, será feita mediante aportes adicionais de capital dos investidores. **Hierarquia de valor justo:** A Companhia possui os saldos a seguir de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no Nível 2:

	2013	2012
Aplicações financeiras	4.258	14.353
Os diferentes níveis foram definidos conforme segue: • Nível 1: preços negociados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos. • Nível 2: "inputs" diferentes dos preços negociados em mercados ativos, incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados dos preços). • Nível 3: "inputs" para ativo ou passivo, que não são baseados em variáveis observáveis de mercado ("inputs" não observáveis).		

19. Partes Relacionadas: A Companhia não possui transações com partes relacionadas em 2013 e 2012. Os montantes referentes à remuneração dos profissionais-chave da Administração estão apresentados a seguir:

	2013	2012
Remuneração dos administradores	1.447	1.588
Participação nos resultados	406	751
Total da remuneração	1.853	2.339
- Na AGO realizada em 13 de maio de 2013, foi fixada a remuneração dos administradores até o limite de R\$2.530, mais R\$823 a título de bonificação, não incluídos os valores referentes aos encargos sociais que forem devidos.		

20. Cobertura de Seguros: A Companhia contrata cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2013, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era: **1.** Em cada centro de inspeção: R\$3.107 para incêndio, raio e explosão e R\$1.000 para responsabilidade civil. **2.** Na Matriz: R\$1.500 para incêndio, raio, explosão e perda de aluguel, cujo beneficiário é o locador, R\$200 para responsabilidade civil e equipamentos e R\$169 para seguro-garantia de concessões públicas, cujo beneficiário é a Prefeitura Municipal de São Paulo.

21. Eventos Subsequentes: A Companhia recebeu em 2014 de suas acionistas, BR Inspeções S.A. e Companhia de Participações em Concessões, aporte para integralização de capital no valor de R\$28.665 para suportar os gastos com a desmobilização.

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E SUPLENTE

Ivan Pio de Azevedo - Presidente do Conselho
Antonio Linhares da Cunha - Conselheiro
Ricardo Bisordi de Oliveira Lima - Conselheiro
Luiz Alberto Benevides Barbosa - Conselheiro

André Luiz Duarte Teixeira - Suplente
Leonardo Couto Vianna - Suplente
Renato Alves Vale - Suplente
Fernando Jorge Hupsel de Azevedo - Suplente

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA

Marcos Brandão - Diretor - Presidente
Roberto Carlos Guimarães - Diretor Administrativo - Financeiro
Antonio de Souza Macedo - Contador - CRC nº 1 SP 206046/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Do Conselho de Administração e Acionistas da **Controlar S.A.** - São Paulo - SP
Examinamos as demonstrações financeiras da Controlar S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo

de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Controlar S.A. em 31 de dezembro de 2013, o

desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito nas notas explicativas nº 1 e nº 12, a Companhia encerrou suas operações em 1º de fevereiro de 2014 e discute judicialmente o ressarcimento financeiro pelo poder concedente. A Companhia também iniciou o processo de desmobilização de seus ativos. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

São Paulo, 19 de março de 2014

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8
José Roberto P. Carneiro
Contador
CRC nº 1 SP 109447/O-6